



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO CAPES
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA**

Curso de Especialização em Gestão Pública (*Lato sensu*)

São Cristóvão - SE

2024

I – Dados do Curso

1. INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade Federal de Sergipe

Dirigentes institucionais

Reitor

Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho

Tipo de documento: CPF n. 799.275.055-15

Telefone: (79) 3194-6404

E-Mail Institucional: reitor@ufs.br

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Lucindo José Quintans Junior

Tipo de documento: CPF n. 930.961.434-04

Telefone: (79) 3194-6414

E-Mail Institucional: posgrap@ufs.br

2. ÁREA TEMÁTICA: Administração Pública

3. NOME DO CURSO: Gestão Pública

4. NÍVEL DO CURSO: Especialização (*lato sensu*)

5. EMENTA

O curso de Especialização em Gestão Pública abordará discussões teóricas e práticas-intervencionistas da Administração Pública nas esferas - federal, estadual e municipal - para a preparar servidores para lidar com os desafios da Sociedade atual.

6. FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

Com as transformações que o Brasil vem passando ao longo das últimas décadas em seu modelo de Estado, em especial a partir de meados dos anos 1990, uma administração pública mais gerencial vem sendo requerida nas três esferas de governo: União, estados e municípios. Com a Constituição Federal de 1988, estados da federação e municípios assumiram atividades antes desempenhadas pela União, que direcionou suas funções para regulação e indução do desenvolvimento (Abrucio; Couto, 1996; Pinho; Santana, 2001).

O esgotamento da capacidade da União de lidar com problemas complexos, levou o governo federal a transferir parte desses problemas para estados e municípios,

gerando o fenômeno do *welfarismo* municipal (Pinho; Santana, 2001). De fato, com as alterações estruturantes para um modelo tripartite, os dois níveis subnacionais têm sido mais exigidos no que concerne ao desenvolvimento de competências e habilidades antes requeridas na esfera federal.

Estados e municípios tiveram que redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (Abrúcio; Couto, 1996; Abrucio, 2005). Entretanto, remanescem dificuldades próprias do período no qual a União protagonizava as ações – estados e municípios ainda não assumiram plenamente o papel de um Estado empreendedor. Há dificuldades em lidar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada, estando ainda fora de uma orientação mais gerencial e de governança (Silvestre, 2019).

As mudanças do papel do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, promovidas, desde o Governo Fernando Collor que patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em ‘Estado mínimo’, inspirado no *new public management*. Continuou com Fernando Henrique Cardoso FHC, em 1995, onde desenhou-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista. O Governo Lula, em 2003, recompôs o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (Brandião; Palassi; Ferreira, 2007).

Essas variantes na Política, trouxeram demandas gerenciais mais complexas. Isso significa a necessidade de formação de gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas. Percebe-se na esfera da União, a necessidade de um gestor mais generalista. No nível Estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir

numa melhor colaboração entre governos locais (Banco Mundial, 2006).

Faz-se prioritário o desenvolvimento de uma 'Nova Governança Pública', pautada na visão de que o capital social na prestação dos serviços deve oportunizar um maior valor aos usuários (Silvestre, 2019). Por esse caminho, a educação tem um papel transformador, requerendo no ambiente escolar o desenvolvimento gerencial de capital humano, social e cognitivo (Ventura; Sambiase, 2020) - no ambiente público essa necessidade é premente. Mais do que nunca, a escola pública vem se tornando um catalizador de interesses de múltiplos atores sociais, tornando urgente a necessidade de se desenvolver competências e habilidades gerenciais nos profissionais de ensino.

Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere o Banco Mundial (2006). Sendo assim, as diretrizes do curso de especialização em Gestão Pública devem oportunizar uma formação que privilegie várias dimensões buscando-se:

- a) Formar profissionais ético-humanística-técnico-cientista que é a formação do cidadão que a Sociedade requer;
- b) Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- c) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio da informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- d) Selecionar temas e conteúdo que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelo público-alvo, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- e) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdo, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- f) Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de

consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a autoavaliação.

A estrutura curricular do curso incorpora a compreensão de que o próprio currículo e conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o senso comum, três conceitos são escolhidos para servir de base metodológica do curso, a saber (Silva, 2014): a) Historicidade é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas; b) Construção é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos; c) Diversidade é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre o mundo (Costa, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto socioeconômico e cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de

problemas organizacionais complexos.

Tendo em vista essas discussões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos de formação do Estado, suas Políticas e Planejamento, dentre outros e Módulo Específico, contemplando áreas de concentração em Administração e Administração Pública.

7. OBJETIVOS

7.1. Geral

Fomentar a formação continuada teórico-prática para profissionais da Gestão Pública, visando melhoria nas Instituições públicas, sobretudo do Estado de Sergipe.

7.2. Específicos

- I. Contribuir para a democratização do conhecimento em Gestão Pública;
- II. Promover o ensino a distância e suas respectivas tecnologias para a capacitação dos servidores;
- III. Fomentar a discussão de concepções e práticas atuais no âmbito da Gestão Pública;
- IV. Contribuir para a melhoria na efetividade dos serviços das Instituições Públicas do Estado de Sergipe.

8. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Gestão Pública será ofertado na modalidade a distância. A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas, ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de novas tecnologias da comunicação na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe um 'modelo' único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e moldando uma proposta própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam. A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova

prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente, são eles: o coordenador de curso, coordenador do Polo, assistente à docência, tutores presenciais e a distância.

O curso terá duração de 1 ano e 3 meses e será composto por 2 (dois) módulos: básico e específico. O módulo básico será ministrado nos primeiros 6 (seis) meses do curso e o módulo específico nos 6 (seis) meses seguintes. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve ser desenvolvido em duplas ou trios, com auxílio de um professor orientador (escolhido de acordo com a temática a ser abordada) e o início de sua elaboração deve ocorrer ainda durante os módulos. A defesa, a ser apresentada para uma banca examinadora, deve ocorrer em até 2 meses após o encerramento do módulo específico. O modelo do trabalho adotado será discutido na disciplina de Metodologia – Planos de Intervenção, no módulo específico.

A banca examinadora da apresentação do TCC será composta por 3 (três) professores e/ou tutores e/ou coordenadores e/ou assistente à docência do quadro docente para julgar o conteúdo e a apresentação dos trabalhos. A entrega do trabalho final, com as alterações sugeridas pela banca, deve ocorrer em até 1 (um) mês após a apresentação do trabalho, de forma eletrônica via plataforma *moodle* e também por e-mail para o coordenador do curso e para o professor orientador (formato pdf), juntamente com o termo de autorização de publicação, que será apresentado na disciplina de Metodologia – Planos de Intervenção.

Prazos de prorrogação serão concedidos apenas em casos de problemas de saúde comprovados.

Os professores definem os conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas, o material didático a ser utilizado, a proposta metodológica, o processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, seguindo as orientações da UAB, MEC e CAPES. O processo, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer alinhamento com as considerações especiais dos cursos *lato sensu*, a saber:

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais do ensino remoto deve ser a

de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo porque, no contexto da EaD, o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, tutores e coordenadores das disciplinas todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e para a relação professor-tutor-aluno, mediada por textos. O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos da gestão pública.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar alguns momentos no processo:

- Acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;
- Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;
- Avaliações;
- Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas ao longo dos dois módulos;
- Outras formas de avaliação.

De acordo com a Resolução nº 19/2021/CONEPE que 'Estabelece as normas acadêmicas da pós-graduação lato sensu na UFS e dá outras providências', os cursos na modalidade a distância deverão incluir avaliações de aprendizagem presenciais, cujo peso deverá ser igual ou superior a 60% em relação a quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Para os cursos na modalidade a distância, as atividades presenciais obrigatórias, compreendendo avaliações e defesa de TCC serão realizados na sede da UFS vinculados ou nos polos de apoio presenciais devidamente credenciados. As aulas de revisão ocorrerão, exclusivamente, no polo de São Cristóvão.

A assiduidade dos discentes, será avaliada pela participação de 75% das aulas *online*. Cada conteúdo (disciplina) terá um valor expresso em horas de aula. A avaliação da aprendizagem será expressa por meio de um conceito individual para cada componente curricular, de acordo com as seguintes classificações:

- I. conceito A: Aprendizagem excelente (equivalente a notas de 9,0 a 10,0);
- II. conceito B: Aprendizagem boa (equivalente a notas de 8,0 a 8,9);
- III. conceito C: Aprendizagem suficiente (equivalente a notas de 7,0 a 7,9);
- IV. conceito D: Aprendizagem insuficiente (equivalente a notas de inferiores a 7,0), e,
- V. conceito E: Frequência insuficiente (conforme estabelecido para cada modalidade). O docente deverá inserir no sistema informatizado da UFS todos os dados necessários para

A consolidação dos componentes curriculares ocorrerá:

- I. no caso de módulos, até trinta dias após o término das suas respectivas aulas;
- II. no caso de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), até dez dias após a entrega da versão final do trabalho.

9. MODALIDADE DO CURSO: a distância (com 2 encontros presenciais por disciplina, sendo a revisão e a avaliação)

10. CARGA-HORÁRIA: 360 horas

11. CERTIFICAÇÃO:

Ao final, será aprovado o cursista que obtiver integralização da estrutura curricular com conceito final em cada componente curricular nota igual ou superior a C e ter aprovado e depositado o TCC no formato e no prazo previsto.

12. NÚMERO DE CURSISTAS: 150 cursistas. Os polos serão: São Cristóvão, Estância, Japaratuba, Poço Verde e Lagarto. As vagas serão distribuídas da seguinte forma: 15 vagas institucionais, 107 vagas para ampla concorrência - AC, 27 vagas para candidatos negros (pretos e pardos) e indígena - PPI e 1 (uma) vaga extra para pessoas com deficiência – PCD.

13. VIGÊNCIA DO CURSO:

12.1. Início: janeiro/ 2025.

12.2. Término: abril/2026

14. UNIDADE DE TEMPO DE CURSO PARA MONITORAMENTO

O curso será monitorado em três momentos:

- Ao fim do 1º Módulo com objetivo de avaliar a implantação do curso, suas dificuldades no sistema AVA, o material utilizado e a participação dos cursistas.
- Ao fim do 2º Módulo com o objetivo de avaliar o desempenho dos cursistas, tutores e professores e o impacto do curso no Estado.

15. INFRAESTRUTURA RECOMENDADA

Os polos de apoio presencial estão equipados com a infraestrutura necessária para atender as necessidades dos cursistas, uma vez que dispõe de computadores, acesso à *internet* por meio de cabo e *wi-fi*, bibliotecas e um tutor para auxílio durante a utilização do espaço.

O polo de São Cristóvão, situado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos da Universidade Federal de Sergipe, conta com um laboratório equipado com 1 projetor multimídia, 1 tela de projeção, 80 fones de ouvido, 80 computadores, 03 notebooks, 2 impressoras simples e 1 impressora multifuncional, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas, duas salas de tutoria e um auditório com capacidade para 150 pessoas.

O polo de Japaratuba, situado na Av. Rio de Janeiro, nº 0, Bairro Centro, conta com um laboratório equipado com 1 copiadora, 2 projetores multimídia, 2 telas de projeção, 04 computadores, 2 impressoras simples, 1 impressora multifuncional e 10 *webcams*, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas.

O polo de Poço Verde, situado na Rua José Rodrigues de Melo, nº 124, Centro,

conta com um laboratório equipado com 2 copiadoras, 1 fone de ouvido, 38 computadores, 5 impressoras simples e 1 impressora multifuncional, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas.

O polo de Lagarto, situado na Rod. Antônio Martins de Menezes, s/nº Pista Principal, Bairro Colônia Treze, conta com laboratório equipado com copiadora, fones de ouvido com microfone, projetor multimídia, tela de projeção, computadores, impressora e *webcams*, além de uma sala de estudos.

II - ORGANIZAÇÃO DO CURSO

Estrutura curricular

O curso, com 360 horas aula, terá dois módulos: 1- básico e outro 2 - específico, a saber:

Quadro 01 – Carga horária Total mais TCC

ORD.	DISCIPLINA	C.H. (h/Aula)	C.H. (horas)	CRÉD.
1	Módulo 1 - Básico	180	180	12
2	Módulo 2 – Específico	180	180	12
	TCC			
	TOTAL	360	360	24

Quadro 02- Módulo 1 - Básico

ORD.	DISCIPLINA	C.H. (h/Aula)	C.H. (horas)	CRÉD.
1	Tecnologias Digitais de ensino	30	30	2
2	Estado, Governo e Mercado	30	30	2
3	Políticas Públicas	30	30	2
4	Economia Brasileira	30	30	2

5	Planejamento Estratégico Governamental	30	30	2
6	Indicadores Socioeconômicos	30	30	2
TOTAL		180	180	12

Quadro 03 - Módulo 2 – Específico

ORD.	DISCIPLINA	C.H. (h/Aula)	C.H (horas)	CRÉD.
1	Metodologia - Planos de Intervenção	30		2
2	Gestão de Pessoas	30		2
3	Gestão de Processos	30		2
4	Finanças Públicas	30		2
5	Gestão Ambiental	30		2
6	Empreendedorismo e Inovação no Setor Público	30		2
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (*)			
TOTAL		180		12

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EMENTAS MÓDULO 1 - BÁSICO

Disciplina 1: Tecnologias Digitais de Ensino

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Educação a distância: conceitos, principais características, histórico (marco legal), elementos (tutoria) e as mídias educativas. Plataformas de Ensino. Ferramentas digitais.

Referências

DALMAU, Marcos Baptista Lopez. **Introdução à Educação a Distância**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração-UFSC, Brasília: CAPES/UAB, 2009. RIEDNER, Daiani Damm Tonetto; PISCHETOLA, Magda. Tecnologias Digitais no Ensino Superior uma possibilidade de inovação das práticas? **Educação, Formação & Tecnologias**, jul-dez, 2016), 9 (2), p. 37-55

OLIVEIRA, Raquel Mignoni de; CORRÊA, Ygor; MORÉS, Andréia. Ensino Remoto Emergencial em Tempos de Covid-19: Formação Docente e Tecnologias Digitais. **Revista Internacional de Formação de Professores**. Itapetininga, v. 5, p. 1-18, 2020

DE SALES, André Barros; BOSCARIOLI, Clodis. Uso de Tecnologias Digitais Sociais no Processo Colaborativo de Ensino e Aprendizagem. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação; Lousada**, ed 37, jun.2020, p. 82-98.

SANTOS JUNIOR, Verissimo Barros dos; MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. Educação e COVID 19: As Tecnologias Digitais Mediando a Aprendizagem em Tempos de Pandemia. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**. Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-15, jan./dez. 2020

Disciplina 2: Estado, Governo e Mercado

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo.

Referências

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COELHO, R. C. **Estado, governo e mercado**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014

GIDDENS, A. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000. MARQUES, R. C. O papel do Direito no desenvolvimento econômico e sua relação com a Economia Política. **Revista FIDES** [Online], v. 8, n. 2, 30 dez. 2017. Disponível em:

<http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/327>

REIS, J. Estado e mercado: Uma perspectiva institucionalista e relacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 95, 2012. Disponível

em: <http://journals.openedition.org/rccs/4355>; DOI:

<https://doi.org/10.4000/rccs.4355> WEBER, M. **Economia e**

Sociedade. Rio de Janeiro, LCT, 1998

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. 1 Ed, 5ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 2020. E-book Kindle.

Disciplina 3: Políticas Públicas

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: A análise de políticas públicas e seus problemas. As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

Referências

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, nº. 1, jan-mar 2001.

DUNN, William N. **Public Policy Analysis: An Introduction**. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 2005.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, nº. 23, jun 2001. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Nº16; ano 8; jul/dez 2006. P.20-45. Porto Alegre

Referências Complementares

[ARRETCHE, Marta T. S.](#) Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, nº.40, p.111-141.

CARVALHO, Osvaldo F. de. As Políticas Públicas como concretização dos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**. Vol 6; n. 3. Curitiba

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, nº. 2, abr-jun 1998. COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999. DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996. SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Disciplina 4: Economia Brasileira

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Distribuição de renda e riqueza. Geração de trabalho e renda. Inclusão social. Reformas.

Referências

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**.

São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (org.) **O Brasil tem jeito?** Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p.69-103.

Disciplina 5: Planejamento Estratégico Governamental

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referências

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, Ano 54, Número 1, jan.-mar 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001. MINTZBERG, Henry. **Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico**. São Paulo, Bookman, 2004. p.183-256.

MINTZBERG, Henry. **Safári de Estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

MINTZBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Pública. In: **Gestión y Política Pública**, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro nº 40, v.1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

Disciplina 6: Indicadores Socioeconômicos

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais. Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização. Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores. Indicadores brasileiros – Área de Educação.

Referências

GASPARINI, Liz V. L. **Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional**. Florianópolis: UFSC, 2003.

JANNUZZI, Paulo. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas. In: **XIV Encontro de Estudos Populacionais**. Minas Gerais: ABEP, 2005.

MACHADO, Nelson. **Sistema de informação de custo**: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Brasília: ENAP, 2005.

EMENTAS MÓDULO 2 - ESPECÍFICO

Disciplina 1: Metodologia – Planos de Intervenção

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: O conhecimento científico. Coesão, coerência e argumentação. A correção gramatical. Abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. Métodos e técnicas de pesquisa.

Referências

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. Atlas, São Paulo, 2002. GIL, A. C. **Métodos de Pesquisa Social**. 6ª. Atlas, São Paulo, 2008.

HAIR JUNIOR, J. F. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª. Bookman, Porto Alegre, 2009. MAIA, A. C. B. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa**: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual Didático. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 5ª. Bookman, Porto Alegre, 2015.

Disciplina 2: Gestão de Pessoas

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Desenvolvimento de Pessoas. Liderança. Gestão de pessoas e suas relações no seu ambiente de trabalho.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

MENDONÇA, Lorena Lima. Síntese sobre o comportamento organizacional e a importância da gestão de pessoas baseados no histórico da administração. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 11, Vol. 11, pp. 21- 35. Novembro de 2020 SENGE, Peter et al. **Escolas que aprendem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SOUZA, Tatiana Fabíola Costa. MADEIRA, Flávia Mendes. TORRES, Luiz Claudio Bezerra. **Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho de Servidores Públicos: Estratégias para Elevar A Eficiência dos Serviços Públicos**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ano 06, 3a, v 12, pp. 63- 83. Março de 2021.

VARELLA, Jessica de Albuquerque. REINERT JUNIOR, Adival José. O Papel Da Gestão De Pessoas No Desenvolvimento De Equipes De Trabalho. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ano 06, 4^a., v. 14, pp. 153-169. Abril de 2021.

Disciplina 3: Gestão de Processos

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública. A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução. Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos. Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos. Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Referências

BEUREN, Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. Controladoria – agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002. Cap.1, p. 15-38. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços. Bookman. Porto Alegre. 2000.

GALVÃO, Graziela Darla Araujo; PATAH, Leandro Alves. Gestão de Projetos Sustentáveis e Inovadores: Um Estudo Bibliométrico. **Revista de Gestão e Projetos**, v.8, n. 3, 2017 RABECHINI JUNIOR Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. Projetos Inovadores em uma Perspectiva. Contingencial: Análise Teórico-Conceitual e Proposição de um Modelo. **Revista de Administração e Inovação**. São Paulo, v. 6, n. 3, p. 63-78, set./dez. 2009.

Disciplina 4: Finanças Públicas

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: O processo de elaboração, implementação e avaliação do orçamento no setor público. Análise de modelos participativos no planejamento, execução e monitoramento do orçamento. Planejamento financeiro e orçamentário governamental. Modelos e avaliação de orçamento público. Acompanhamento e controle financeiro de programas do governo. Gerenciamento e medição de desempenho financeiro na administração pública.

Referências

ALENCAR JUNIOR, O. G.; SALVADOR, E. D. S. Finanças, fundo público e financiamento da Seguridade Social no Brasil. *Revista Katálysis*, v. 18, n. 2, p. 239-248, 2015. ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004.

CARVALHO, D. Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. CASTRO, R. Administração Pública antifrágil. Belo Horizonte: Fórum, 2016. CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Orçamento público:

planejamento, elaboração e controle. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DALTON, Hug. Princípios de Finanças Públicas. F.G.V., 1960, Caps. 2 e 3. GIACOMONI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2005.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

JUND, S. Direito Financeiro e Orçamento Público. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. _____ . Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. KOHAMA, Heilo. Contabilidade pública: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências complementares:

REZENDE, Fernando Antônio. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (STN). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8ª edição. Brasília, 2018.

VASCONCELOS, A. Orçamento Público. Rio de Janeiro. Ed. Ferreira 2007.

Disciplina 5: Gestão Ambiental

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Desenvolvimento Sustentável. Leis de Proteção ambiental. Indicadores de Sustentabilidade Ambiental: educação do consumo de água, energia, reciclagem, resíduos. Agenda 2030. Acordos internacionais.

Referências

BURCH, S.; ANDRACHUK, M.; CAREY, D.; FRANTZESKAKI, N.; SCHROEDER, H.; MISCHKOWSKI, N.; LOORBACH, D. Governing and accelerating transformative entrepreneurship: exploring the potential for small business innovation on urban sustainability transitions. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 22, p. 26–32, 2016.

GEISSDOERFER, M.; VLADIMIROVA, D.; EVANS, S. Sustainable business model innovation: A review. **Journal of Cleaner Production**, v. 198, p. 401–416, 2018

LAHTINEN, S.; YRJÖLÄ, M. Managing sustainability transformations: A managerial framing approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 223, p. 815–825, 2019.

LINTON, J. D.; KLASSEN, R.; JAYARAMAN, V. Sustainable supply chains: An introduction. **Journal of Operations Management**, v. 25, n. 6, p. 1075–1082, 2007.

Disciplina 6: Empreendedorismo e Inovação no Setor Público

Modalidade a distância

CH: 30h

Ementa: Empreendedorismo. Inovação. Políticas de Ciência e Tecnologia. Programas governamentais de apoio ao Empreendedorismo. Indicadores de

Pesquisa e Desenvolvimento.

Referências

DUTTA, Soumitra; LANVIN, Bruno. WUNSCH-VINCENT; Sacha

Editores. **Relatório Índice de Inovação**, 2019.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Diagnóstico da E-Digital - Atualização da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital**. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br2021>. Acesso: 13.fev.2022

SOUZA, E. R. (Org). **Políticas públicas de CT&I e o estado brasileiro**. 1. ed. Salvador: Editora do Instituto Federal da Bahia (EDIFBA), 2019. v. 2, 276 p. Disponível em:

<http://www.profnit.org.br/wp-content/uploads/2019/10/PROFNIT-Serie-Politicas-Publicas-Volume-II-WEB.pdf>.

WORD BANK GROUP. **Relatório Doing Business**, 2020.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Modalidade a distância

Ementa: O projeto de pesquisa. Apresentação e discussão dos respectivos projetos. O Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) na modalidade Plano de Intervenção.

Referências

Normas ABNT

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. Atlas, São Paulo, 2002. HAIR JUNIOR, J. F. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª. Bookman, Porto Alegre, 2009. MAIA, A. C. B. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual Didático**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

Textos específicos ao tema do TCC

III - EQUIPE

Quantidade	Função exercida	Requisitos exigidos	Atribuições
01	Coordenação de curso	Ser docente efetivo da Universidade Federal de Sergipe; Doutorado em Administração; Experiência comprovada na área de Administração e/Administração Pública EaD	Gerenciamento do curso, desde o planejamento até a certificação dos cursistas.
01	Coordenação de curso	Ser docente efetivo da Universidade Federal de Sergipe; Doutorado em Administração; Experiência comprovada na área de Administração e/Administração Pública EaD	Gerenciamento do curso, no caso de ausência do coordenador
20	Professor formador	Doutorado ou mestrado com experiência em Administração e/ou Administração Pública	Ministração dos módulos e orientação de TCC
01	Apoio administrativo	Licenciatura na área de ciências humanas aplicadas e com experiência no pacote Office	Acompanhamento do curso no ambiente virtual de aprendizagem e auxílio nas atividades administrativas
02	Tutor à distância	Especialização ou Mestrado com ênfase e/ou experiência em Administração e/ou Administração Pública	Acompanhamento dos cursistas
01	Tutor presencial Por Polo	Especialização ou Mestrado com ênfase e/ou experiência em Administração e/ou Administração Pública	Acompanhamento dos cursistas

IV - PÚBLICO

1. Nível de escolaridade: Graduação no ensino superior

2. Área de formação: Administração e Administração Pública e outros.

3. Outras exigências: Os cursistas deverão ser servidores públicos estar em exercício efetivo nas Instituições públicas federal, estadual ou municipal.

4. Curso disponível para demanda social? Sim até 20% das vagas.

5. Público da Demanda Social: para Preto, Pardo e Índio – PPI.

6. Seleção

Os cursistas serão selecionados por meio de edital que será lançado e divulgado nos sites da UFS e CESAD.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

ABRÚCIO, **Fernando L.**; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: Elementos de uma estratégia de cidades**. *Document of the World Bank*. Relatório Nº35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em:

<http://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/03/ElementosEstrategia.pdf>. Acesso em 23/11/2021.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2008.

SILVA, Maria Aparecida et al. Projeto da UAB/MEC do Programa Nacional de Administração Pública – PNAP. Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2014.

SILVESTRE, Hugo Consciência. **A (Nova) governança pública**. Brasília: Enap,

2019. VENTURA, Lia Schuch; SAMBIASE, Marta Fabiano. Capacidade dinâmica gerencial: um estudo em escolas privadas de educação básica. In: **Anais do CIET: EnPED: 2020-(Congresso Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)**. 2020.